

O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA E DAS OUTRAS LÍNGUAS MATERNAS NOS SISTEMAS EDUCATIVOS LUSÓFONOS

Paulo Feytor Pinto

Associação de Professores de Português de Portugal (APP)

Introdução

Todos os países lusófonos são entidades políticas multilíngues em que são tomadas decisões acerca do papel de cada uma das línguas maternas presentes e o conjunto destas decisões pode produzir diferentes resultados.

Sendo o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) o único organismo público dedicado à política linguística comum dos oito lusófonos, afigura-se relevante conhecer as decisões que propõe para a gestão do multilinguismo no(s) espaço(s) lusófono(s) para, em seguida, ver como num destes espaços, em Portugal, tem sido gerida, nas últimas décadas, a diversidade linguística interna, em particular através do seu sistema educativo. Para tal, é necessário diagnosticar essa diversidade – que línguas são faladas, por quem e onde – e também as atitudes dominantes dos portugueses perante essas línguas.

Esta análise desenvolver-se-á a partir

dois modelos teóricos: um sobre resultados do contacto intercultural e outro sobre instrumentos educacionais de uma política linguística de integração, aquele que melhor parece contribuir para o bem-estar de todos e de cada um.

1. Políticas linguísticas perante a diversidade: resultados

No âmbito da Psicologia Intercultural, os estudos sobre aculturação, relativos à mudança cultural e linguística suscitada pelo contacto entre culturas, permitiram a individualização de quatro categorias que classificam todos os resultados do contacto intercultural.

A segregação é uma política deliberada de desenvolvimento separado em que várias culturas e línguas são reconhecidas. Esta foi, de algum modo, a política portuguesa durante os primeiros séculos da nacionalidade. Com efeito, até 1492, além da cultura e

língua da maioria dos portugueses, era também permitido o uso, até para alguns fins oficiais, do árabe e do hebraico cujos falantes residiam em áreas circunscritas, as mourarias e as judiarias respectivamente.

A marginalização resulta da imposição de uma língua a toda a população proibindo o uso de outras línguas maternas. Em Portugal, durante os séculos XVI, XVII e a maior parte do XVIII, foi proibido e brutalmente penalizado o uso do árabe, do hebraico e do romano-cálc falado pelos ciganos entretanto chegados ao nosso país. No final deste período, Portugal continental era tido como cultural e linguisticamente homogêneo.

A assimilação é o resultado de um processo em que os indivíduos de culturas que não são reconhecidas nem proibidas adoptam gradualmente, de livre vontade ou não, a cultura e a língua dominantes. A política oficial portuguesa nas colónias continentais africanas, entre 1836 e 1961, tinha como objectivo formal a assimilação. As línguas africanas podiam ser utilizadas no dia-a-dia, mas só tinha acesso à cidadania portuguesa quem, entre outras condições, falasse correctamente português.

Por fim, a integração refere-se à situação em que cada grupo minoritário mantém a sua especificidade cultural e linguística, mas partilha, simultaneamente, alguns aspectos da cultura dominante. Neste contexto, os grupos minoritários podem manter e desenvolver a sua língua materna, mas devem (ou têm o direito a) conhecer a língua dominante. Parece ser esta a situação que os portugueses pretendem para os seus compatriotas residentes, por exemplo, em França.

2. Política linguística de integração: instrumentos educacionais

Independentemente do tipo de resultado desejado, as políticas linguísticas recorrem a instrumentos educacionais definindo o acesso à formação linguística - quem aprende, que línguas, quando -, os critérios de selecção e desenvolvimento do pessoal docente, a estrutura curricular e os programas, as metodologias e os materiais didácticos, e o modelo de avaliação.

Uma política de integração deve, em primeiro lugar, garantir, mesmo em comunidades escolares monoculturais, o acesso de todos a uma educação intercultural transversal tendo em vista aprender, com o Outro, acerca do Outro e de si próprio. Como a integração implica que todos consigam utilizar com sucesso a língua oficial maioritária, a língua segunda (L2) daquelas que têm outras línguas maternas, é fundamental a oferta de uma disciplina curricular da língua oficial como língua segunda¹. Esta disciplina deve ter uma estrutura flexível que permita, de acordo com as necessidades, níveis de iniciação em qualquer ano de escolaridade e a sua frequência por períodos variáveis, mesmo inferiores a um ano lectivo. A criação de uma disciplina não significa a existência de turmas só de alunos com estas necessidades linguísticas especiais. Porém, uma política de integração também deve contribuir para a manutenção e desenvolvimento das línguas maternas minoritárias. Para tal, o currículo escolar pode possibilitar o

O Papel da Língua Portuguesa e ...

seu ensino como língua materna, quando não o ensino de outras disciplinas nessa língua ou o seu ensino como língua estrangeira para a maioria dos alunos. A situação ideal parece ser o ensino bilingüe.

3. O ILLP e as línguas maternas do(s) espaço(s) lusófono(s)

Vejamos agora o que propõem conjuntamente os países lusófonos para a gestão das respectivas diversidades linguísticas através da análise das decisões formais tomadas no âmbito do ILLP. No acordo da sua criação, assinado S. Luís do Maranhão, em 1989, lê-se que o Instituto deve promover, defender, enriquecer e difundir a língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Neste quadro, os Estados signatários assumem como objectivos intensificar esforços tendo em vista a utilização do português em organizações internacionais, prosseguir a tradução em versão comum dos principais documentos de Direito Internacional, ratificar o Acordo Ortográfico, normalizar a terminologia científica e tecnológica, e apoiar o projecto de Fundo Bibliográfico. Note-se, por um lado, a referência exclusiva à língua portuguesa e, por outro, o facto de não haver objectivos directamente relacionados com os sistemas educativos.

Volvidos sete anos, a Declaração Constitutiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) entredobre a porta a outras línguas maternas, para além do português, mas ainda não nos

91

sistemas educativos. Com efeito, propõe o estabelecimento em alguns países membros de formas concretas de cooperação entre a língua portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização. A primeira referência à educação linguística nos sete países é feita em 1998, na II Conferência dos Ministros da Educação da CPLP que se comprometeram a encorajar o desenvolvimento de acções tendentes ao reforço do ensino do português como L2 (PL2), consoante a realidade sócio-cultural de cada país e as suas decisões no sentido de utilizar as línguas maternas no ensino.

Mas só em 2000 a proposta de plano de actividades do ILLP inclui o incentivo à alfabetização nas línguas maternas africanas seguida da aprendizagem do PL2, devendo os professores deste ter conhecimento daquelas. Esta tendência parecia ser mais notória em Angola e Moçambique. Finalmente, o III Seminário para a Edificação do ILLP que decorreu em Lisboa, em 2001, recomendou o desenvolvimento de todas as línguas de cada Estado em paridade assumida na escolarização e na formação, tendo em vista a construção de um bilingüismo e multilingüismo funcionais. Neste contexto, as línguas maternas deveriam passar a ser veículo e objecto de ensino, pelo que se propõe a organização de cursos de línguas bantas, línguas crioulas, línguas gestuais e tétum; o português, inclusivamente em Portugal, deveria passar a ser ensinado como L2 sempre que necessário; e destaca-se a importância da adopção de programas de ensino bilingüe. É ainda recomendada a produção de dicionários e de gramáticas bilingües.

4. O caso português

4.1. Diversidade linguística

Apesar de Portugal, nos últimos séculos, ter sido geralmente considerado um país cultural e linguisticamente homogêneo, nas últimas décadas, não só tem vindo a registar um aumento no número de residentes que são falantes nativos de outras línguas, resultado de migrações, como também tem vindo a reconhecer a existência de minorias culturais e linguísticas com antecedentes históricos no seu território.

Neste grupo incluem-se os portugueses surdos, os portugueses de Miranda do Douro e os portugueses ciganos. Os primeiros são mais de 84 mil, mas só 10% sabem utilizar a língua gestual portuguesa (LGP), entre os segundos estima-se que 10 mil, os mais velhos, falem mirandês, uma língua asturo-leonesa. Os terceiros, que totalizam 50 mil, falam uma variedade própria do português sendo que 10%, mais uma vez os mais velhos, falarão uma variedade fonológica e lexicalmente mais afastada do padrão. Há, porém, entre os portugueses ciganos, quem queira revitalizar o romanó-caló, a língua desaparecida, falada pelos seus antepassados em Portugal, Espanha e no sul de França.

Em anexo (anexo 1), apresenta-se uma estimativa do número de falantes nativos de cada uma das línguas maternas com presença mais significativa em Portugal, em 2002. Trata-se de uma estimativa essencialmente baseada em dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) relativos a nacionalidades e não a línguas com que apenas se pretende diagnosticar o peso

relativo de cada língua. Além da LGP, do mirandês, do português caló e do romanó-caló, são incluídas as línguas (e variedades linguísticas) cuja presença resulta de fluxos migratórios recentes.

Assim, depois do português, a língua mais falada como língua materna entre nós é o cabo-verdiano, língua crioula de base lexical portuguesa falada por cabo-verdianos e portugueses de origem cabo-verdiana um pouco por todo o país, apesar da clara concentração nos distritos de Lisboa e Setúbal. Desde, pelo menos, o início dos anos 90, é a língua, depois do português, que tem mais falantes nativos como alunos do ensino básico português. O ucraniano, língua eslava virtualmente desconhecida entre nós até 1999, é já a segunda língua minoritária logo seguido do russo, língua materna de russos e de alguns bielorrussos, ucranianos e moldavos. No sistema educativo, em 2002, ainda não havia um número significativo de alunos eslovâcos.

Em muito devido ao regresso de portugueses emigrados em França, o francês é a quarta língua materna minoritária no nosso país, além dos 30% de portugueses que dizem falá-lo como língua estrangeira. Em quinto lugar, estão outras duas línguas latinas, o espanhol e o romeno. O espanhol é a língua materna de alguns ex-emigrantes na Venezuela concentrados no distrito de Aveiro, de trabalhadores transfronteiros e de imigrantes espanhóis, geralmente profissionais qualificados. O romeno é falado por imigrantes romenos e moldavos. Outras línguas com um número relevante de falantes nativos residentes em Portugal são o inglês, o alemão, o santomense, o wu, o balanta, o quimbundo, o neerlandês e o búlgaro.

4.2. Atitudes perante línguas

Para os portugueses parece haver três categorias de variedades linguísticas. As de maior prestígio são as línguas oficiais europeias e asiáticas com longa tradição escrita como o português, o francês, o chinês ou o japonês. Só estas são consideradas línguas.

Hierarquicamente abaixo das línguas estão os seus dialetos, variedades relacionadas com a língua, mas que consideramos não fazerem parte dela, que não se podem escrever nem têm regras de funcionamento. Neste quadro, o mirandês e as línguas crioulas de base lexical portuguesa, como o cabo-verdiano e o santomense, são tidos como dialetos do português.

Na base da hierarquia estão as não-línguas, variedades linguísticas que nos parece serem modos rudimentares de comunicação não estruturada de que são exemplo a LGP e as línguas africanas bantas. Estas, muitas vezes, são caracterizadas como dialetos, mas de língua nenhuma!

4.3. Política linguística em educação (anexo 2)

O diagnóstico da política linguística em educação que aqui se apresenta centra-se na análise das primeiras medidas tomadas no seio do sistema educativo português relativamente à presença da Educação Intercultural (EI), do PL2, das línguas maternas minoritárias (LM) e do ensino bilingüe (EB) na estrutura curricular, nos materiais didácticos e na formação contínua de professores (anexo 2).

Até 1986, o nosso sistema educativo

ignorou a diversidade linguística da população que servia, centrando-se nas necessidades dos alunos com o português como língua materna. Nesse ano, o mesmo da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, foi autorizado o funcionamento de uma disciplina opcional de língua mirandesa em Miranda do Douro. Quatro anos depois, aconteceu o mesmo com outra língua europeia, o neerlandês, numa escola de Évora e o Ministério da Educação iniciou um projecto de educação intercultural com uma componente linguística dirigido a alunos de origem cabo-verdiana e cigana que frequentavam o 1.º ano de escolaridade, na região de Lisboa. O despertar do sistema educativo para a diversidade cultural do país é marcado pela criação, em 1991, do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural.

A partir de 1994, começaram a surgir as primeiras iniciativas – projectos, acções de formação contínua, materiais didácticos – visando o ensino do PL2, essencialmente a alunos de origem cabo-verdiana. Em 1998, o SCOPREM inicia o seu primeiro projecto de ensino bilingüe português-cabo-verdiano e é acreditado, pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, o primeiro curso para professores sobre uma língua minoritária, o cabo-verdiano. Nesse mesmo ano, é acreditada a primeira, e até 2002 única, acção de formação em educação intercultural com alunos ciganos e, em 1999, a primeira e única acção sobre ensino bilingüe.

Dez anos depois do reconhecimento institucional da educação intercultural, certamente com o concurso dos novos imigrantes eslavos,

o sistema educativo português assume a diversidade linguística do país. Com efeito, a reorganização curricular do ensino básico estipulou que "as escolas devem proporcionar actividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não seja o português" (Decreto-Lei 6/2001, art. 8º). Também em 2001, são acreditadas as primeiras acções de formação sobre PL2 fora de região de Lisboa e, no ano seguinte, a então Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos publica o primeiro manual de PL2 pensado para aprendentes adultos.

Constata-se, pois, que, até finais da década de 80, o sistema educativo português marginalizou as línguas maternas minoritárias. Desde então, tem havido um crescente interesse pela educação intercultural e, mais recentemente, pelo papel do PL2 como forma de contribuir para que todos os residentes em Portugal dominem a língua portuguesa. Porém, nada parece ser feito para promover a manutenção e desenvolvimento das línguas maternas minoritárias. A ser verdade, parece configurar-se, entre nós, o lento emergir duma política linguística de assimilação que tenderá, em última análise, à eliminação da diversidade linguística.

BIBLIOGRAFIA

- Baptista, Artur (ed) (1993). *Guia do Terceiro Mundo*. Lisboa: Tricontinental Editora.
- Camelho, Catarina (2003). *Negócios da China*. In: *Única. Expresso* (12-04-2003). Lisboa: Impresa. pp. 57-64

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (2001). *Breve Histórico sobre o Instituto Internacional de Língua Portuguesa*. Lisboa: CPLP (Doc.02/CPLP/ILLP/2001 policopiado). [CPLP,2001a]

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (2001). *Recomendações do III Seminário para a Edificação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa*. Lisboa: CPLP (Versão 2 - 08.06.01/CCB/ILLP/hb policopiado). [CPLP,2001b]

Courrier International (2003). *La langue chinoise, ses dialectes et ses variantes*. In: *Courrier International. Hors-série culture*. Paris: Courrier International. p.73

Departamento da Educação Básica (2003). *Caracterização Nacional dos Alunos com Língua Portuguesa como Língua Não Materna*. Lisboa: Ministério da Educação. [DEB, 2003]

Ethnologue (2004). http://www.ethnologue.com/show_country.asp?name=Portugal. Dallas: SIL International

Fraser, Angus (1997). *História do Povo Cigano*. Lisboa: Teorema.

Instituto Nacional de Estatística (2002). *O País em Números. Informação Estatística 1991-2001*. Lisboa: INE (CD-ROM) [INE, 2002]

Jamnadas, Kantilal (2000). *A Comunidade Hindu*. In: *Olissipo, II série*, 13. Lisboa: Amigos de Lisboa. p. 9

Kaplan, Robert B. & Baldauf Jr, Richard B. (2003). *Language and Language-in-Education Planning in the Pacific Basin*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

Missão para o Estudo da Missiologia Africana (1962). In: *Atlas Missionário Português*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. [MEMA, 1962]

Neto, Félix (2002). *Psicologia Intercultural*. Lisboa: Universidade Aberta.

Pinto, Paulo Feytor (2001). *Como Pensamos a Nossa Língua e as Línguas dos Outros*. Lisboa: Estampa.

Pinto, Paulo Feytor (2002). *Lições Africanas. Uma proposta para o novo milénio*. In: *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, v.1, n.2. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa. pp. 6-13

Pinto, Paulo Feytor (2003). *Política do Português Língua Segunda em Portugal*. In *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. pp. 351-355

Rosa, Maria João Valente (2004). *Contributos dos "Imigrantes" na Demografia Portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2002). <http://www.setp/estatisticas.htm>. Lisboa: Ministério da Administração Interna. [SEF, 2002]

Vasconcelos, Pedro Barcelar de (1999). *Os ciganos e a sociedade portuguesa*. In *Montenegro, Mirna (org). Ciganos e Educação. Cadernos ICE 5*. Setúbal: Instituto das Comunidades Educativas. pp. 13-15